

Nem Xenios, nem São Francisco de Assis. O milagre pertence aos pobres

Fabício Toledo de Souza

“Os gregos são estúpidos. Eles colocaram arame farpado em seu sol”³.

O ano de 2013 foi terrível para os imigrantes e para os refugiados. O mundo tem sua pior crise humanitária das últimas décadas graças aos conflitos na Síria (e à crise nos países vizinhos para onde os sírios fugiram) e convivemos ainda com os antigos conflitos que continuam a expulsar gente de suas terras, como a interminável guerra no Congo Democrático. Para os imigrantes que fogem da miséria e das consequências das crises ambientais e econômicas, a situação é igualmente grave. Os homens e mulheres que se dispuseram a procurar proteção em outros países foram vítimas de morte por afogamento, fome ou sede, foram vítimas de assassinatos, sequestros, estupros, extorsões ou trabalho degradante.

Somente na primeira quinzena de outubro de 2013, cerca de 400 imigrantes morreram no Mediterrâneo, tentando chegar à pequena ilha de Lampedusa, rota incerta e insegura para o paraíso europeu. Em menos de 10 dias, foram dois incidentes, que vitimaram principalmente mulheres e crianças. No primeiro, 366 imigrantes morreram, depois que o barco lotado com mais de 500 pessoas foi tomado pelo fogo. No segundo, dias depois, 34 cadáveres foram encontrados no mar, e 200 pessoas foram recolhidas com segurança.

As autoridades italianas responderam aos incidentes: mandaram à prisão o suposto responsável pelo “tráfico” dos imigrantes. O jovem tunisiano foi apontado ainda como autor do incêndio que provocou o desastre. Quanto ao segundo incidente, diante da comoção pública, o governo italiano decidiu dar cidadania aos mortos e liberou ajuda financeira para os serviços de acolhimento a refugiados. Em relação aos sobreviventes, a comoção pública não os livrará do rigor da lei, o que significa, na prática, em detenção deportação e imposição de pesadas multas.

3 Frase de um imigrante argelino preso em um centro de detenção na Grécia. In “Imigrantes detidos na Grécia relatam abusos em ‘Nova quantánamo’”. *Le Monde*, 26/08/2013.

O que se descobriu depois é que a trágica rota pelo Mediterrâneo inclui uma prévia passagem pelo inferno: antes de conseguir embarcar, os imigrantes haviam sofrido terríveis violências na mão de milícias e atravessadores. O naufrágio e as mortes no mar fizeram da tragédia a oportunidade para que os sobreviventes contassem os horrores pelos quais passaram até chegarem ao mar. Na mão das quadrilhas fazem funcionar as rotas de imigração, eles foram submetidos a torturas, humilhações e violência sexual. Garotas foram seguidamente estupradas por vários homens, e aqueles que não tinham bens suficientes para entregar aos milicianos foram espancados.

Ainda que alguns poucos vilões paguem pelo mal que fizeram, é sobre as costas dos próprios imigrantes que pesam as restrições físicas e legais criadas pelos países europeus. Não era preciso esperar que as conclamações do Papa Francisco para se convencer de que o Mediterrâneo se tornou um enorme cemitério justamente por causa das políticas terrivelmente restritivas da Europa. A propósito, seria mais apropriado, em vez de cemitério, dizer que o Mediterrâneo transformou-se em uma grande “vala comum”, seguindo assim a tradição dos genocídios monumentais. Enfim, a vergonha de ser um homem atravessa os tempos, os mares e os desertos.

Não é ilógico ou irracional, contudo, que o governo italiano tenha concedido cidadania aos imigrantes que morreram na travessia do Mediterrâneo. Afinal não há vítima mais inocente do que uma vítima morta. Aos que sobrevivem, resta a Lei, que pode significar a detenção e posterior deportação. Reconhecer os mortos preserva o sentimento de repulsa aos imigrantes, sem grandes riscos para a consciência e sem maiores danos políticos. O fato, porém, é que este procedimento, por vezes disfarçado sob eufemismos ou sob o discurso humanitário – a vida sempre diminuída a uma abstração – é a declaração de guerra aos pobres. Só isso pode explicar que em pleno século XXI pessoas ainda tenham que passar por sofrimentos tão terríveis.

As mortes no Mediterrâneo não foram, contudo, capazes de amedrontar outros imigrantes, que continuaram se arriscando na travessia. No dia seguinte ao último naufrágio, diversas operações interceptaram mais de mil imigrantes no mesmo local. E tudo indica que as tentativas e as tragédias devem continuar, sobretudo com a atual crise na Síria, somando ainda mais cadáveres aos milhares já sepultados sob as águas do Mediterrâneo. Somente em 2013, foram 900 mortos. Nos últimos 25 anos, foram cerca de 20 mil, segundo cálculos da Organização Mundial de Imigração. Ainda em 2013, 10 haitianos se afogaram nas Bahamas, quando o cargueiro em que se encontravam virou no mar. Cerca de 100 outros

imigrantes haitianos foram resgatados e tudo indica que tentavam chegar na América do Norte.

Se o cálculo de mortos leva também em conta os que pereceram em fronteiras secas, o cenário é de terror. O que dizer então sobre a lenta e terrível morte de 87 pessoas no deserto do Níger, em outubro de 2013? Desamparados no meio de deserto depois que os dois caminhões que lhe serviam de transporte quebraram, os 87 imigrantes morreram de sede e fome, embaixo de um sol escaldante. Sete homens, 32 mulheres e 48 crianças foram encontrados em um raio de 20 quilômetros, em pequenos grupos, sob árvores ou debaixo do sol. Crianças com as mães ou crianças sozinhas. Foram necessárias sete horas para encontrar todos os corpos. O terror absoluto.

No Saara, em duas décadas, morreram cerca de mil e quinhentas pessoas. E há ainda os 5 mil mortos na fronteira entre México e Estados Unidos nos últimos 15 anos, aos quais se juntam dezenas de milhares de desaparecidos. Somente em 2010, 11 mil imigrantes foram sequestrados enquanto tentavam chegar aos Estados Unidos.

Para os refugiados, a despeito das regras internacionais que determinam aos Estados que deem a proteção necessária, a situação é igualmente dramática. Homens, mulheres e crianças fogem dos bombardeios na Síria, dos estupros e do recrutamento forçado no Congo Democrático, dos tiros em Mali, explosões no Afeganistão, Paquistão, República Centro Africana etc. Somente da Síria saíram mais de 2 milhões de pessoas e calcula-se que em 2014 serão 4 milhões. Quanto ao Congo, apesar da nova missão da ONU, a primeira com “permissão especial para adotar qualquer medida necessária”⁴, não há qualquer expectativa de paz duradoura.

Para aqueles que conseguiram fugir, é difícil dizer que tiveram sorte. É comum que os países vizinhos impeçam a entrada dos refugiados ou os devolvam ao lugar de origem. Um número significativo de sírios está sendo barrado na Jor-

4 Depois de sucessivos ataques de grupos rebeldes principalmente na região leste do país, o Conselho de Segurança da ONU criou, em março deste ano, uma “brigada de intervenção”, com autorização para “neutralizar” grupos armados, impedir ataques a populares e usar “todos os meios necessários” para neutralizar grupos rebeldes como o M23 (Movimento 23 de março) – que havia tomado a cidade de Goma, em Kivu Norte – o FDLR (Forças Democráticas para Libertação de Ruanda) e o LRA (Exército de Resistência do Senhor), e ao menos outros quatro grupos rebeldes locais e internacionais que operam especialmente no leste do país. Na prática, isso significa que o Departamento de Missões da Paz da ONU criou uma estrutura que permite ofensivas militares mais robustas no âmbito de uma missão de paz convencional, sem ferir a legislação e os princípios das Nações Unidas.

dânia (destino de 500 mil destes refugiados) e muitos deles estão sendo detidos no Egito (onde já vivem cerca de 125 mil). Entidades internacionais de direitos humanos, como Human Rights Watch e Anistia Internacional denunciaram, no final de 2013, o tratamento que os sírios recebem em alguns países. Importante lembrar que o conflito na Síria já é considerado o pior desastre humanitário das últimas décadas: um terço da população já deixou suas casas. Dentre os dois milhões de refugiados, há uma grande proporção de crianças, que fugiram de uma guerra que já deixou 115 mil mortos.

Até novembro de 2013, cerca de 300 sírios estavam detidos no Egito, depois que 1.500 deles foram abordados quanto tentavam migrar para a Europa em barcos. A falta de segurança – inclusive econômica – e a crescente xenofobia no Egito é o principal incentivo para que os refugiados busquem proteção em outros países. As autoridades egípcias querem processar os refugiados sírios sob acusação de imigração ilegal, mas a maior preocupação das entidades de proteção a direitos humanos é a condição a que estão submetidos os refugiados: os alojamentos da delegacia onde eles estão detidos é tão apertado que as pessoas estão acomodadas umas sobre as outras ou mesmo em pé, dividindo um único banheiro e um só chuveiro. A fim de evitar a detenção indefinida, alguns dos refugiados concordaram em assinar declarações comprometendo-se a deixar o país por conta própria.

A violência contra os sírios tende a piorar. Forças militares egípcias chegaram a disparar contra um barco que transportava entre 170 a 200 sírios e palestinos que vivem na Síria, matando duas pessoas. Pouco depois deste incidente, um barco com sírios afundou, matando 12 pessoas e deixando muitos desaparecidos, principalmente idosos e crianças.

Na Bulgária, as autoridades vão gastar cinco milhões de euros para a construção de um muro de mais de 30 quilômetros na fronteira com a Turquia, onde, a propósito, chegam muitos dos refugiados sírios. Eles temem que o número de refugiados ultrapasse os atuais 6 mil e alcance a marca de 10 ou 20 mil nos próximos meses. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) anunciou uma nota conclamando os governos da Bulgária, da Grécia, da Turquia e do Chipre que investiguem denúncias de devolução ilegal de sírios para o país de origem.

A crise síria, a crise dos refugiados e a crise financeira fizeram da Grécia uma brecha para a entrada de refugiados e imigrantes na Europa e isso afetou duramente a política de reconhecimento de refugiados. Dos 10 mil pedidos de refúgio feitos entre 2007 e 2011, apenas pouco mais de 1.200 conseguiram o *status*.

Enquanto aguarda a decisão ao seu pedido, o solicitante pode ficar detido por um ano. Para os imigrantes, a detenção pode se estender até 18 meses.

Mesmo tendo sido condenada onze vezes pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos por causa das condições em que estão detidos os imigrantes, a Grécia mantém uma política abertamente violenta contra eles, incluindo situação degradante de detenção e “caçada” para captura dos imigrantes. A última acusação contra o país, em agosto de 2013, se deve ao fato de que a polícia lançou uma caçada para capturar os imigrantes que escaparam do centro de detenção próximo a Amygdaleza. Os imigrantes fugiram do centro depois de uma rebelião, que se iniciou quando os 1.200 imigrantes souberam que sua detenção se estenderia para além dos 12 meses previstos.

No centro de detenção, protegido por cercas e arame farpado, os imigrantes compartilham dormitórios (70 a 80 pessoas em cada um) e podem caminhar apenas duas vezes por dia. O chuveiro está disponível 90 minutos por dia e há um número considerável de pessoas sofrendo com transtornos psíquicos, que se agravam com as condições da detenção. Nas palavras de um africano que vive atrás das grades, o centro é “uma nova Guantánamo”⁵.

Há cerca de mil imigrantes neste centro – que, na realidade, é um acampamento militar – e a maioria foi detida em meados de 2012, quando o governo grego lançou a operação “Zeus Xenios”, o deus da hospitalidade que habitou a vida dos heróis de Ilíada e Odisseia. O representante da Anistia Internacional, que esteve no centro junto com outras entidades de direitos humanos e também com o Comissário de Direitos Humanos do Conselho Europeu, ficou surpreso: “mal podíamos acreditar que ainda estávamos na Europa”. Um argelino, talvez menos envergonhado de sua condição humana, denunciou o triste destino da política europeia: “os gregos são estúpidos. Eles colocaram arame farpado em seu sol”.

A política restritiva e repressiva da Grécia não é, contudo, uma exceção; ao contrário, segue a tendência que parece geral em todo o norte do mundo, com variações e diferentes modulações. Em Londres, por exemplo, as autoridades querem obrigar os médicos e os bancos a denunciar os imigrantes indocumentados. O objetivo da nova lei é, de acordo com Theresa May, uma conservadora que assumiu o Ministério do Interior, “criar um entorno realmente hostil para os imigrantes ilegais”⁶.

5 Imigrantes detidos na Grécia relatam abusos em ‘nova Guantánamo’, *Le Monde*, 26/08/2013.

6 Londres obrigará a médicos y banqueros a delatar a los imigrantes ‘sin papeles’. *Legalcity*, 28/10/2013.

Para conseguir isso, as autoridades pretendem formar um exército de delatores, formado por médicos, banqueiros e sacerdotes, de forma a dificultar a vida dos imigrantes, excluindo-os da possibilidade de acesso aos serviços médicos, serviços bancários ou a um matrimônio que possa, enfim, legalizar sua situação no país. O efeito destas medidas restritivas, segundo creem as organizações humanitárias que trabalham no país, é a precarização cada vez maior dos imigrantes, que terão que pagar ainda mais por habitações insalubres, sofrerão com agravamento das enfermidades e aceitarão qualquer tipo de trabalho para conseguir ainda menos dinheiro. Ninguém parece realmente crer que eles irão embora.

A outra dimensão da nova lei é facilitar a deportação, diminuindo a defesa dos imigrantes. Se antes havia 17 hipóteses para apelação contra a ordem de deportação, a nova lei prevê somente quatro, todas elas dentro da nova perspectiva de “deportar primeiro, apelar depois”. Se o imigrante não corre risco de um dano irreversível, ele deve ser devolvido. Esta é a política oficial da deportação. Cartazes espalhados pelos subúrbios de Londres incluem frases como “vá para casa ou arrisque-se a ser detido”. É nos subúrbios da cidade que são feitas operações de identificação de imigrantes indocumentados, incluindo divulgação de mensagens pelo twitter com fotografias de suspeitos⁷.

Indivíduos de “pele escura” são os principais alvos dos agentes de imigração, que abordam os “suspeitos” nas estações de metro e trem. Apesar das reações críticas, algumas bastante duras, comparando as ações do governo britânico com as práticas nazistas, David Cameron, Primeiro Ministro do Reino Unido, anunciou que as alterações nas leis de imigração – com mais restrições aos benefícios sociais e serviços de saúde – são prioridade de seu governo.

Notícias sobre discriminação contra imigrantes podem ser encontradas em toda a parte da Europa. Na França, o célebre caso de Leonarda Dibrani, uma estudante de 15 anos, de origem cigana, deportada com a família para o Kosovo, é somente um exemplo. Dibrani foi detida em uma excursão escolar, diante dos colegas de classe. O caso ganhou publicidade, dividiu o governo do presidente socialista François Hollande e fez as autoridades recuarem um pouco. Dibrani não aceitou retornar à França sem a família, que já vivia no país há quase cinco anos, teve três pedidos de asilo recusados e esperava poucos meses para conseguir a residência legal.

Não é apenas a retórica contra a imigração, contra os imigrantes e refugiados que assusta. Realmente assustador é que a retórica está acompanhada de

7 Campanha contra imigração sem documentos gera acusações de racismo no Reino Unido, O Público, 02/08/2013.

legislações mais duras, policiamento mais rigoroso, arbitrariedade e violência. Assustador é também a indiferença em relação às mortes e aos mortos. Sabemos, contudo, que a gestão capitalista dos pobres se traduz, de um lado, em restrições, controles de fluxos, precarização a vida, mas, no limite, significa também tortura, escravidão, morte, guerra ou genocídio. Ou tudo junto.

Se o glorioso Xenios parece definitivamente sepultado em algum humilde cemitério europeu ou talvez afogado no Mediterrâneo, a novidade pode ser a ressurreição de São Francisco de Assis, o santo dos pobres. O Papa Francisco – que adotou o nome em referência e homenagem ao Santo – esteve em Lampedusa, onde rezou pelos mortos e denunciou a indiferença “em relação àqueles que fogem da escravatura e da fome para encontrar a liberdade e encontram a morte”. O Papa Francisco – o primeiro jesuíta e o primeiro sul-americano a tornar-se Papa – mais de uma vez criticou a indiferença com os pobres; mas ele parece ter ido um pouco além da tradicional retórica católica quando afirmou que não era mais possível “confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado”⁸.

Polêmicas a parte, o Papa nos interessa como um pretexto para falar sobre os imigrantes e refugiados no Brasil. Sua visita em julho de 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude, foi acompanhada de importantes acontecimentos no Rio de Janeiro. O primeiro, é que a Jornada Mundial da Juventude permitiu a entrada no Brasil de muitos estrangeiros que normalmente não conseguiriam o visto. Dentre eles, um número significativo de pessoas perseguidas em seus países, justamente por motivos religiosos, como é o caso de alguns paquistaneses cristãos que foram duramente perseguidos por grupos muçulmanos, extremamente violentos.

A Jornada facilitou a concessão de visto a africanos de vários países, incluindo República Democrática do Congo, Serra Leoa, Benin, Togo, que normalmente enfrentam grandes dificuldades nas embaixadas brasileiras. O pequeno “milagre” que a visita do Papa realizou não foi apenas ajudar os perseguidos a chegar ao Brasil, mas dar visibilidade à política seletiva das embaixadas brasileiras na emissão dos vistos. Diante da gravidade da crise na Síria, da violência no Congo ou da perseguição religiosa no Paquistão, as embaixadas mantêm enormes obstáculos e exigências, inviabilizando a concessão do visto. O problema virou tema de debate no Comitê Nacional para os Refugiados, que acabou editando uma Resolução (Resolução Normativa 17) com o objetivo de facilitar o visto para

8 Leonardo Boff. “O Papa Francisco e a economia política da exclusão”, publicado em 12/12/2013, disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com/2013/12/12/o-papa-francisco-e-a-economia-politica-da-exclusao/> (último acesso em 15/12/2013).

os sírios. Ainda que a Resolução por ora facilite apenas a fuga dos sírios – um relevante avanço diante do contexto – foi possível colocar em evidência um dos principais obstáculos para a chegada de refugiados no Brasil.

O outro “milagre” que a visita de Papa Francisco realizou é ainda mais interessante: o aumento repentino do número de solicitantes de refúgio no Rio de Janeiro durante a Jornada (e nos meses imediatamente antecedente e subsequente) foi compensando pela oferta de doações e outras formas de ajuda, inclusive de lugar para dormir e viver. Em vez de disputar vagas nos abrigos da prefeitura – sempre lotados, precários e insalubres – os solicitantes de refúgio receberam ajuda de pessoas sensibilizadas com as palavras do Papa. Muitos católicos – e não católicos – acolheram os peregrinos estrangeiros durante a Jornada e estenderam a hospitalidade aos perseguidos.

Há muitas belas histórias a serem contadas sobre isso – desde a história dos evangélicos que ofereceram acolhimento a paquistaneses católicos, até a história do garoto cego que dá aulas de português a uma família de iranianos. A solidariedade dos brasileiros, neste caso, não parece motivada apenas pela identificação religiosa ou pela compaixão piedosa. É a solidariedade criativa dos pobres, que estão sempre inventando suas próprias redes e práticas de cuidado. As redes de cuidado, colaboração e cooperação são, de fato, a única solução que existe para eles, uma vez que não há qualquer política pública, em qualquer nível ou esfera da administração, que possa verdadeiramente receber este nome. Ao contrário, aos imigrantes e refugiados a vida é ainda mais precária que a dos pobres nascidos no país. Basta ver a situação absolutamente precária e degradante em que vivem os haitianos que chegaram ao Acre, os bolivianos que trabalham nas oficinas de roupas em São Paulo, os angolanos e congolezes que disputam as calçadas na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, dentre tantos outros. Não é raro encontrar inclusive refugiados vivendo em situação de rua ou dependendo da compaixão alheia para sobreviver.

Os milagres do Papa Francisco, como se vê, não têm nada de sobrenatural. Novamente, é criatividade e a luta dos pobres – incluindo o êxodo na forma da fuga e da migração – que produzem as mudanças materiais (e imateriais), inclusive no discurso do Vaticano. Se agora a imigração – e os imigrantes e os refugiados – surge como um tema relevante para o governo brasileiro, isso se deve, sobretudo, à resistência oferecida pelos pobres contra as mais diversas formas de opressão e exploração.

A chegada dos haitianos, em 2010, é apenas o prenúncio do que deve acontecer no futuro próximo⁹. De um lado, a crise econômica nos países do norte colabora com a demanda crescente no Brasil pela chamada “mão de obra qualificada”. Composta por trabalhadores estrangeiros com alto nível de formação que perderam o emprego ou renda, a chegada da mão de obra qualificada acompanha a transferência de grandes investimentos do capital estrangeiro para o Brasil. De outro lado, a emergência econômica do Brasil tem atraído cada vez mais a “mão de obra não qualificada”, composta por imigrantes de países atravessados por longas e graves crises sociais: os haitianos, mas também outros fluxos ainda maiores e antigos, como os bolivianos e chineses, ou outros menores, como os senegaleses, paquistaneses, bengalis etc

O governo brasileiro responde a isso positivamente: depois de regularizar a situação de cerca de 9 mil haitianos, através de uma solução jurídica baseada em “razões humanitárias”, um acordo entre o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) e o CNIG (Conselho Nacional de Imigração) permitiu a concessão de vistos de permanência para cerca de 600 senegaleses que vivem na região sul do país. No final de 2013, foi noticiado o início da regularização de mais de quatro mil estrangeiros – proveniente de países pobres, principalmente da África – que chegaram ao Brasil recentemente¹⁰.

Ainda em 2013, o Ministério da Justiça nomeou um grupo de especialistas que terá como tarefa propor uma nova lei de imigração que seja coerente com a Constituição de 1988 e que supere definitivamente o caráter autoritário e nacionalista do atual Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80). Mais do que uma mudança legislativa, o governo pretende inaugurar uma política migratória no Brasil. Para conseguir subsídios para esta política – mas também legitimidade – o Ministério da Justiça formalizou um convênio com a OIM (Organização Internacional de Mi-

9 Há notícias que falam em 20 mil haitianos no Brasil e 40 novos imigrantes entrando no Acre diariamente. Estas mesmas notícias falam da violência que eles sofrem no percurso. (“Rota é dominada por coiotes”, *O tempo*, 18/11/2013, disponível em <http://www.otempo.com.br/rota-dominada-por-coiotes-1.747698>, último acesso em 15/12/2013). Outras notícias dizem que apesar das medidas para facilitar o visto para os haitianos na embaixada brasileira, a corrupção impossibilita esta via, obrigando-os a usar o serviço dos “coiotes” (“Continúa el éxodo sostenido de haitianos que atraviesan Perú caminho a Brasil”, *El Diário*, 16/11/2013, disponível em <http://diario.mx/Internacional/2013-11-14/continua-el-exodo-sostenido-de-haitianos-que-atraviesan-peru-camino-a-brasil/>, último acesso em 15/12/2013).

10 A regularização de estrangeiros ocorre no momento em que se assiste ao brusco aumento do número de solicitantes de refúgio: de 2010 a 2012, o número de pessoas pedindo refúgio aumentou 254%. Em 2013 o aumento deve ser ainda maior.

gração) para a realização de uma Conferência nacional – precedida por conferências regionais e conferências livres e virtuais – prevista para acontecer em maio de 2014. Um dos aspectos mais interessantes desta iniciativa é que a conferência, além de representantes do governo e de ONG's, deverá contar obrigatoriamente com a participação dos imigrantes e refugiados.

O ano de 2014 promete ainda mais: no ano em que a Declaração de Cartagena (1984) completará 30 anos¹¹, o Brasil será sede de um importante encontro regional sobre proteção a vítimas de grave e generalizada violação de direitos humanos: Cartagena + 30. A expectativa é que o governo brasileiro apresente propostas de ampliação da proteção aos refugiados e também defenda a extensão de proteção às pessoas obrigadas a se deslocar por razões humanitárias, econômicas, sociais, ambientais e por outros motivos que não aqueles elencados na Lei de refúgio.

A despeito das boas novas e das perspectivas otimistas, a verdade é que a criação de uma política realmente justa e decente para os refugiados e imigrantes dependerá não apenas de boa vontade, se não de grandes batalhas dentro do governo. Na realidade, o tema é duramente disputado entre o Itamarati, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (ligado ao Gabinete da Presidência), o Ministério do Trabalho e o Ministério da Justiça, cada um deles com sua própria posição frente à chegada de imigrantes e refugiados. O consenso mínimo que tem permitido avanços na regularização dos imigrantes e refugiados – consenso no qual, convém reconhecer, a posição do Ministério da Justiça, representada pelo Secretário

11 A Declaração de Cartagena sobre Refugiados é resultado do encontro entre os governos e especialistas da Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, além de México, Panamá, Colômbia e Venezuela, realizado em 1984 na cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia. É um marco para a proteção de refugiados e outros deslocados forçados na América Latina e Caribe. Considerada inovadora, a Declaração recomenda que os países da região reconheçam como refugiadas, além das situações previstas na Declaração de 1951 e seu Protocolo de 1967, pessoas que deixaram seu país porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça de direitos humanos e outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. Desde que foi adotada, a Declaração de Cartagena passou por dois balanços comemorativos, em San Jose (Costa Rica, 1994) e Cidade do México (México, 2004). Ambos resultaram em propostas que serviram de modelo para os instrumentos jurídicos de diversos países da região. Ainda sob a inspiração de Cartagena, o Brasil promoveu em 2010 um encontro internacional de países da região que resultou na “Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano”. A lei brasileira adotou a definição ampliada de refugiado, incluindo no inciso III, do artigo 1º da Lei 9.474/97, a proteção às vítimas de grave e generalizada violação de direitos humanos.

Nacional de Justiça, é sempre mais avançada em termos de garantias e direitos – parece assentado sobre a perspectiva do trabalho, ou melhor, da regularização da mão de obra estrangeira.

É neste ponto que toda a condição vulnerável dos imigrantes e refugiados aparece mais nítida e pode ser ainda mais acentuada. Dentro do esforço para garantir a regularização da mão de obra qualificada, é preciso garantir também a proteção à mão de obra não qualificada, isto é, a grande massa de trabalhadores pobres que irá se disputar os trabalhos mais duros, insalubres, perigosos e mal remunerados. Esta “mão de obra” inclui não apenas os imigrantes que viajaram especificamente atrás de trabalho, mas todos aqueles que dependem do trabalho para sobreviver, incluindo os homens e mulheres que conseguiram o status de refugiados. Não se trata, evidentemente, de recusar a regularização e fazer objeções a todas as boas iniciativas. É preciso, no entanto, ter sensibilidade para os fatos e tendências; e há motivos de sobra para nos fazer crer que o desenvolvimento do país – o Brasil Maior – está baseado na superexploração dos pobres.

Quanto aos imigrantes e refugiados que irão disputar trabalho no Brasil, é preciso lembrar que a ratificação da “Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família” ainda aguarda ratificação. Aprovada em 18 de dezembro de 1990, depois de uma década de debates no âmbito da ONU, a convenção entrou em vigor em 2003. E embora o Plano Nacional de Direitos Humanos, de 1996, compromettesse o país com a ratificação, até hoje o Brasil segue como o único país do Mercosul a não integrar o instrumento. Dentre as grandes convenções das Nações Unidas, esta é a única não ratificada pelo país.

Migrar em busca de trabalho ou mesmo em busca de segurança e proteção, tanto no Brasil como em qualquer outro país “desenvolvido” ou “emergente”, significa estar sujeito a antigas e novas formas de exploração. Enquanto a Anistia Internacional denunciava exploração dos trabalhadores estrangeiros (principalmente do Nepal e Bangladesh) no Qatar – país que sediará a Copa Mundial de Futebol em 2022 – bolivianos, peruanos, paraguaios e chineses trabalham como escravos em São Paulo, haitianos são explorados em Minas Gerais, Mato Grosso e outras partes do Brasil. E os trabalhadores pobres do Brasil são explorados em todo o canto do país, inclusive sob a mira das armas da Força Nacional¹².

A chegada dos imigrantes e refugiados é a chance para que o Brasil afirme seu compromisso com os trabalhadores – e especialmente com as trabalhadoras – pobres, através da garantia e ampliação de direitos, mas também por meio da

12 Como ocorreu com os trabalhadores de Belo Monte.

justa distribuição das riquezas e oportunidades. O desenvolvimento econômico só pode ser considerado desenvolvimento quando investe na mobilização e transformação das subjetividades, ou seja, quando investe na expansão do trabalho vivo, ampliando o poder criativo e inventivo daqueles que compõem as cidades. É o investimento no caráter heterogêneo, criativo e potente das minorias – enquanto subjetividades – que pode salvar o Brasil do seu triste destino: o desenvolvimento baseado na exploração dos mais frágeis, nas práticas de colonização, e, no limite, do uso arbitrário e injusto da violência.

É justamente a afirmação da potência dos pobres, a mobilização produtiva destas subjetividades que vieram para compor uma nova rede que pode nos dar uma alternativa de desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento não é o Brasil sem pobreza, mas é justamente a afirmação dos pobres como potência. É somente a mobilização produtiva dos pobres – incluindo os imigrantes e refugiados – que permitirá o profundo, justo e real desenvolvimento do país. Como diz Antonio Negri, a “pobreza não é déficit de ser”; ao contrário, o pobre é um “ser-aí, vivo e efetivo, que se apresenta como índice de associação, de cooperação e de construção”. E inclusive de construção do ser, porque o ser pode ser construído, rompendo a repetição monótona do tempo. A pobreza tem, portanto, a enorme força de ser trabalho vivo¹³.

Referências

Textos da net

BOFF, Leonardo. O Papa Francisco e a economia política da exclusão. Blog LeonardoBOFF, publicado em 12 de dezembro de 2013. Disponível: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2013/12/12/o-papa-francisco-e-a-economia-politica-da-exclusao/>>. Acesso: 15 de dezembro de 2013.

NEGRI, Antonio. Entrevista de Antonio Negri ao Jornal La Nación. Centro de estudo Claudio Ulpiano, 09 de janeiro de 2014. Disponível: <<http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?p=6479>>. Acesso: 17 de janeiro de 2014.

■..... **Fabício Toledo de Souza** é advogado, trabalha no setor de atendimento a refugiados e solicitantes de refúgio em uma ONG na cidade do Rio de Janeiro, doutorando em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e integrante da Rede Universidade Nômade (Rio de Janeiro).

13 Entrevista de Antonio Negri ao Jornal La Nación. Disponível em: <http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?p=6479> Acesso em: 15 dez. 2013